

AS QUESTÕES DE GÊNERO E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA ATIVIDADE ECONÔMICA: UMA VISÃO HISTÓRICA COM ÊNFASE NAS DUAS DÉCADAS FINAIS DO SÉCULO XX¹

Cátia Maria Magalhães de Pinho²

1. INTRODUÇÃO

No período mais recente de, aproximadamente, três décadas, uma das mais importantes transformações que vem ocorrendo no mercado de trabalho brasileiro é o aumento da participação feminina. Além desse crescimento da taxa de atividade das mulheres, a sensível melhora no desempenho delas, quantitativa e qualitativamente, na disputa por postos de trabalho, é, sem dúvida, uma resposta às mudanças culturais e econômicas, inclusive aquelas que a própria globalização gerou na conjuntura do País, como de resto, em todo o mundo.

Muitas razões contribuíram para impulsionar a presença da mulher no mercado de trabalho. Vários estudos apontam que as mulheres tendem a apresentar um nível educacional, por vezes, maior do que os homens, o que deveria resultar, *caeteris paribus*, em melhores, ao menos idênticas posições de rendimentos, ocupações e oportunidades. A realidade, por outro lado, revela condições, na maioria das vezes, totalmente adversas, em que persistem as assimetrias e as desigualdades que se fundamentam nas questões de gênero, e que evidenciam as discriminações que o mercado de trabalho oferece às mulheres.

A iniquidade é evidenciada no convívio social como um todo e, principalmente, em relação às mulheres, no mercado de trabalho. Várias são as dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho: sua remuneração é mais baixa; o acesso a oportunidades de trabalho é mais difícil, assim como sua ascensão profissional. Tradicionalmente, suas funções são as tarefas domésticas e a criação dos filhos, mas, ao longo de sua trajetória histórica, os movimentos das mulheres vêm produzindo mudanças, fazendo-as competir *vis-à-vis* com os homens, rompendo barreiras sociais, políticas e econômicas.

O objetivo deste trabalho é ampliar a monografia de conclusão de curso, sistematizando as questões de gênero, em relação às oportunidades femininas no mercado de trabalho, com vistas a um melhor e mais profundo entendimento das formas e condições pelas quais a mulher vem conseguindo, mesmo a duras penas, ampliar e fixar espaços nessa competitiva área da ação humana, a da busca pelas melhores condições de sobrevivência, crescimento e realizações, pessoais e coletivas.

2. A CONDIÇÃO DA MULHER NO PASSADO E NA ATUALIDADE

2.1 Identificando e revelando o referencial

A condição da mulher frente à economia e à sociedade já era debatida pelo filósofo e economista clássico John Stuart Mill em 1869. Seu texto “A sujeição das mulheres” serve como marco inicial de reflexão sobre o problema da igualdade jurídica, política e econômica sobre a condição feminina.

Stuart Mill desenvolveu suas idéias de acordo com um princípio de igualdade, em que a subordinação legal de um sexo ao outro deveria ser substituída pela igualdade, e que nenhum sexo tem privilégio ou poder sobre o outro.

¹ Versão modificada (sintetizada e reorientada), de monografia de conclusão de curso, aprovada, tendo como orientador o Professor Gildo José Teixeira Porto.

² Economista, egressa da Universidade Católica do Salvador – UCSal.

Stuart Mill foi, sem dúvida, um homem acima do seu tempo, e, inclusive, de muitos do século XXI. Observou em várias épocas as muitas divisões da humanidade, onde sempre existiram pessoas consideradas de natureza livre e escrava. Domínio de gregos sobre os bárbaros, senhores feudais sobre os servos, brancos sobre os negros, dentre tantos, são exemplos de sujeição e que a história tratou de provar o caráter errôneo das desigualdades. O domínio dos homens sobre as mulheres não difere de todos os outros e é justamente isso que Mill mostra em seu texto “A sujeição das mulheres”.

Por outro lado, também J. K. Galbraith, mais recentemente, outro consagrado autor econômico, tratou da subordinação feminina em “O consumo e o conceito da Família”, publicado em *A economia e o objetivo público*, 1975. Galbraith demonstra que a conjuntura econômica baseada na família é a forma eficaz do exercício da autoridade masculina, e mais, que as mulheres desconhecem seu papel na economia, pois estão no brilhante disfarce da administração da família.

O que a idéia de Galbraith evidenciou ainda se encontra presente nos dias atuais. A escolha e decisão de compra, na maioria dos casos, pertencem à mulher, e, quanto maior a organização e a renda familiar, maior será a propensão ao consumo. As indústrias têm consciência desse fato e é por isso que avançaram rapidamente em tantas facilidades para o lar e que, por conseguinte, levará ao consumo de outros setores da economia como vestuário, lazer, esportes, etc. Por ser recente, o que é relevante também na obra de Galbraith é a evidência da divisão de trabalho dentro da família, e do papel social que a mulher teria que ter para ser “virtuosa”. Em outras palavras, Galbraith discute as questões de gênero e mostra outros aspectos que Mill não observou em sua época.

À luz de evidências apresentadas por Mill e Galbraith encontram-se, ainda, outros estudos desenvolvidos por pesquisadores do porte de Marx e Engels e, atualmente, interpretações mais atualizadas e modernas como as de Saffiotti, Bruschini, dentre outros, pois a questão relativa ao gênero e sua significância para a análise econômica são de suma importância para a crise de empregabilidade e, conseqüentemente, para a participação da mulher na atividade econômica, não só no Brasil, como em todas as nações.

2.2 As evidências na história e no cotidiano

A consciência de que o papel das mulheres não é de subalternidade fez nascer a necessidade de estabelecer iniciativas visando ao crescimento social, político e econômico no contexto da sociedade. Assim, o feminismo prioriza a igualdade entre os sexos, e a redefinição do papel da mulher frente às desigualdades. A questão feminina ainda se traduz em paradoxos, mas, acima de tudo, na consciência de que a improdutividade não reflete o cotidiano das grandes mulheres e que, desde os anos de 1970, a combinação de elementos de ordem cultural, política, econômica e sociológica, pode ser tomada como uma das explicações para o sensível crescimento dos níveis de empregabilidade das mulheres a partir de então.

Sem dúvida, houve avanços na feminização dos empregos, mas ainda é necessário tornar a questão feminina menos vulnerável às desigualdades de que é alvo, seja pelo trabalho, pela classe, cultura, etnia, idade, raça e tantos outros elementos que apenas servem de títulos para a exclusão social da qual, infelizmente, todos fazemos parte.

A criação de novas oportunidades de trabalho veio incorporada à discriminação, e o processo dinamizador da atividade econômica deparou-se com um rígido sistema: a questão de gênero. O enfoque sobre gênero diz respeito ao conjunto de atributos socioculturais negativos e positivos acerca dos diferenciais de homens e mulheres, delimitando os papéis, ocupações e relações que ambos ocupam na sociedade e traçando posicionamentos na dicotomia existente entre os sexos. Contudo, o crescimento feminino, seja no setor formal ou informal do mercado de trabalho, é uma realidade cada vez mais significativa na economia do Brasil.

As mulheres têm uma participação menor na população economicamente ativa (PEA) do mercado de trabalho, principalmente porque a PEA era baseada em uma definição de atividade econômica que não era realizada pelas mulheres. Dessa maneira, várias trabalhadoras brasileiras

eram enquadradas como inativas economicamente. Cabe destacar, porém, que esses dados percentuais estão se modificando.

Graças à maior participação na atividade econômica, a mulher tem sido capaz de mudar certos estereótipos sociais que, até então, não haviam sido questionados. O papel da mulher na sociedade passa por mudanças significativas devido à posição de independência econômica que a classe feminina tem conquistado. Paradigmas no comportamento social passam por mudanças substanciais nas relações de gênero, família e sociedade.

A educação é um dos principais fatores que influenciaram a participação feminina no mercado competitivo e no acesso a postos de trabalho. Independentemente do sexo, o grau de escolaridade é o diferencial na demanda por oportunidades. Hoje, o nível de escolaridade da população brasileira cresceu como um todo. No caso das mulheres, nos últimos 20 anos o grau de escolaridade formal cresceu e possibilitou a ampliação da empregabilidade feminina. Embora seu desempenho seja claro, apesar da maior participação no mercado de trabalho e do maior grau de instrução, as mulheres têm uma taxa de desemprego superior e menores índices de rendimentos.

O problema da divisão sexual do mercado de trabalho constitui um problema teórico que visa a analisar não apenas a ausência da mulher no espaço de produção, mas também na forma como homens e mulheres contribuem na atividade econômica. A literatura recente tem demonstrado claramente que a participação da mulher resulta dos diferentes arranjos possíveis para compatibilizar o trabalho produtivo com suas responsabilidades reprodutivas.

Entre 1985 e 1995 a taxa do emprego feminino, segundo a PNAD, foi de 3,6% a.a. contra 2,3% do emprego total, demonstrando a oportunidade dos novos empregos femininos. Concomitante a isso, também se assiste ao aumento das taxas de desemprego feminino. Tudo isso atrelado às profundas transformações produtivas e às regulações do mercado de trabalho, o que leva a crer que é justamente pela dinâmica do ingresso das mulheres no mercado de trabalho que se explica o aumento das taxas de desemprego feminino.

Um setor importante, mas pouco estudado, da participação feminina na atividade econômica é o serviço doméstico. Este é ainda, culturalmente, “o lugar da mulher” e, apesar das crescentes mudanças nas últimas décadas, é um trabalho cuja execução não exige nenhuma qualificação. E, por isso mesmo, o trabalho doméstico remunerado é o refúgio de muitas mulheres, com nenhuma ou pouca escolaridade, que se inserem no mercado de trabalho ou que se vêem como chefes de família, esposas que têm de sustentar a si e aos filhos.

Esse tipo de atividade costuma passar sem uma análise econômica profunda, principalmente devido às formas como é organizado esse fragmento do capitalismo, onde os locais de trabalho são residências e os patrões não são empresários e, por isso, não são fiscalizados. O tipo de produto dessas “empresas”, como o cozimento de alimentos (bens) ou de lavagem de roupa e de pratos (serviços), é consumido diretamente pela família e, dessa forma, esses bens e serviços não circulam pelo mercado e, portanto, não geram preços. A categoria de trabalhadores domésticos é essencialmente feminina, sendo a maioria negra e de baixos rendimentos. Além disso, muitos trabalham sem carteira assinada e, dessa forma, sem garantia e sem direitos trabalhistas.

Um dado preocupante neste setor da atividade econômica é a informalidade e a precariedade com que são tratados os trabalhadores domésticos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É incontestável a crise de empregabilidade que afeta os vários ramos da economia, atingindo, em especial, a questão de gênero com os impactos no desenvolvimento no mercado de trabalho feminino.

Assim como a globalização da economia constituiu-se num fator incentivador dos agentes econômicos à tomada de novas atitudes para construir a igualdade de oportunidades no Brasil e no mundo, a questão da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, desde os anos 80, no Brasil, já é uma exigência das organizações frente às inovações tecnológicas e à organização

mundial. O que ainda não está consolidado é a superação da segregação da sociedade, na qual, em muitos setores, ainda não se processa a correção das assimetrias entre os sexos no mundo do trabalho.

Portanto se faz necessário destacar que a globalização, por um lado, estimula o desenvolvimento e a participação feminina no mercado de trabalho em alguns países, como o Brasil, principalmente nas duas últimas décadas do século XX. Por outro lado, torna-se restritivo cultural e economicamente.

Culturalmente é consequência das questões de gênero, e economicamente, porque a economia global na qual estamos inseridos provoca mudanças contínuas nos mecanismos de dominação dos mercados em escala mundial, fazendo com que os mecanismos chaves do capitalismo (competição, individualismo e discriminação) sejam os elementos de exclusão e iniquidades que recaem sempre nos setores mais frágeis, especificamente na participação econômica feminina.

Chega-se então à luz da evidência de que, apesar do progressivo crescimento da mulher no mercado de trabalho, ainda é preciso eliminar muitas discriminações a fim de se chegar à igualdade entre homens e mulheres.

4. REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Cristina, Fazendo as perguntas certas, Como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? FCC, II Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho - GT 9 - Gênero e Trabalho: questões teóricas. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/> Acessado em: 28 set 2001.

GALBRAITH, John Kenneth. O consumo e o conceito de família. In: Literatura Econômica, Ipea; Inpes v.7, 1, fev 85.

SAFFIOTTI, Heleieth, Feminismos e seus frutos, in SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais nas transições democráticas**. São Paulo: Cortez, 1987.